

RENÉ ARIEL DOTTI

**CASOS
CRIMINAIS
CÉLEBRES**

4ª edição revista, atualizada e ampliada

A nova edição inclui:
O atentado contra Lacerda e
o suicídio do presidente

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drummond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amália Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfoury

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Deborah Prata, Emanuel Silva, Maria Angélica Leite, Rodrigo Barcelos e Vanessa Mafra

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Doti, René Ariel

Casos criminais célebres / René Ariel Doti. -- 4. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-837-3

1. Crimes - História 2. Direito penal - Brasil - História 3. Processo penal - Estudo de casos I. Título.

21-56133

CDU-343

Índices para catálogo sistemático:

1. Crimes - História : Direito penal 343

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

NOTA À 4ª EDIÇÃO	7
ATUALIZE-SE COM VISUAL LAW!	9
PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO	13
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	15
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	17

PARTE I CASOS CRIMINAIS CÉLEBRES

A CONDENAÇÃO DE TIRADENTES	35
1. A sentença	35
2. Penas cruéis e infamantes	35
3. O suplício como agente político	36
4. As modalidades da pena capital	37
5. Texto do mandado de execução	38
6. As pessoas das ruas	39
7. O paradoxo: as Declarações de Direitos dos Estados Unidos (1776) e da França (1791)	39
8. A reforma da legislação portuguesa	40
9. O direito à sepultura	40
O CASO PONTES VISGUEIRO	43
1. A pena de prisão perpétua	43

2.	Qualificação e antecedentes do condenado.....	44
3.	O relacionamento com <i>Mariquinhas Devassa</i>	46
4.	O mandato criminoso	47
5.	A execução do crime hediondo	48
6.	O enterro no fundo do quintal.....	49
7.	Tese da defesa: “o estado de <i>desarranjo mental</i> ”	50
8.	A contrariedade ao libelo	52
9.	O debate sobre a paixão, suas causas e efeitos.....	52
10.	A calma do réu como indicio de loucura.....	54
11.	Privação (ou perturbação) dos sentidos e da inteligência... ..	55
12.	A condenação do Supremo Tribunal de Justiça.....	58
13.	A degradação moral e o abandono do condenado.....	59
14.	As declarações de última vontade	59
15.	O erro judiciário pela conspiração das circunstâncias	60
O PROCESSO CONTRA O JORNAL ÚLTIMA HORA		63
1.	A denúncia pelos “crimes” contra a segurança nacional....	63
2.	O conceito de <i>antiguidade</i> do episódio criminal.....	68
3.	A linha editorial e o maniqueísmo ideológico.....	68
4.	O contexto da chamada <i>Revolução de 1964</i>	69
5.	Os crimes atribuídos aos réus	70
6.	A gravidade das imputações.....	72
7.	A impetração do primeiro <i>habeas corpus</i>	73
8.	A solução do processo	74
9.	A história legiferante dos crimes políticos	75
10.	A Constituição vigente.....	77
O CASO SACCO E VANZETTI.....		79
1.	O depoimento pessoal do carrasco.....	79
2.	A imputação	80
3.	O condenado acusa a Justiça.....	81
4.	Os protestos contra a intolerância oficial.....	83

5.	A conspiração das circunstâncias	84
6.	A confissão que inocentava os acusados	87
7.	A repercussão da execução no Brasil	88
8.	Sobre os anarquistas	89
9.	A carreira funcional do carrasco.....	90
10.	O repúdio da pena capital	91
11.	A tentativa de reabertura do processo	92
12.	“Do uso de por a cabeça a prêmio”	93
13.	A perspectiva do nosso sistema jurídico	93
O QUITANDEIRO DO MINISTRO.....		97
1.	A sentença condenatória	97
2.	As cartas de SOBRAL PINTO.....	98
3.	O “crime” do quitandeiro	100
4.	O auto de infração	101
5.	A aceitação e os riscos da causa	102
6.	A imprensa ao tempo da ditadura VARGAS.....	103
7.	A coação exercida sobre o cliente	106
8.	A autópsia de uma calúnia	109
9.	A reabilitação indireta	113
VOLTAIRE, O ADVOGADO DE CALAS		117
1.	O martírio de JUAN CALAS	117
2.	A surpresa da tragédia	117
3.	A investigação e o processo	119
4.	As decisões do Parlamento de Tolouse	121
5.	A intervenção de VOLTAIRE	122
6.	As admiráveis lições de luta e esperança	123
7.	O pedido de revisão é atendido	125
8.	As resistências contra a reabilitação	125
9.	A homenagem da Convenção francesa.....	127

22 CASOS CRIMINAIS CÉLEBRES

O CASO DOS IRMÃOS NAVES	129
1. “A história é um armazém de precedentes?”	129
2. O valor da confissão em processo penal	130
3. O desaparecimento de BENEDITO PEREIRA CAETANO	132
4. A Polícia instaura o inquérito	133
5. A investigação toma um rumo diverso	134
6. Joaquim “confessa” a existência do latrocínio	135
7. Os irmãos Naves são denunciados pelo Ministério Público	136
8. Demais lances do processo	139
9. A ausência do exame de corpo de delito	140
10. O não cumprimento da ordem de <i>habeas corpus</i>	141
11. A decisão de pronúncia	141
12. Os julgamentos pelo Tribunal do Júri	142
13. Condenados a vinte e cinco anos e seis meses	143
14. O pedido de revisão	146
15. O pedido de indulto e o livramento condicional	147
16. Reaparece o “morto” BENEDITO PEREIRA CAETANO	147
17. O novo pedido de revisão cumulado com indenização	148
18. O valor e a perseverança do Advogado	149
O PROCESSO AÍDA CURY (I)	151
1. A liberdade e a responsabilidade da imprensa	151
2. O célebre caso: a trágica morte de AÍDA CURY	152
3. “Um juiz no pelourinho”	153
4. A notável monografia	153
5. A sentença de impronúncia	155
6. A decisão também anulou o processo	156
7. A campanha de infamação e a solidariedade ao juiz	158
8. O discurso de agradecimento	159

9.	O apoio da Associação dos Magistrados do Distrito Federal.....	161
10.	A decisão mantendo a pronúncia.....	162
10.1.	O papel da Justiça.....	162
10.2.	A reconstituição dos fatos.....	163
10.3.	“A fisiologia do amor”.....	165
10.4.	Aída e o “anjo da morte”.....	166
10.5.	A “culpa” pela tragédia.....	166
10.6.	Ronaldo abandona a cena.....	168
11.	Os réus são mandados a Júri.....	169
12.	Uma lição de resistência.....	169
O PROCESSO AÍDA CURY (II)		171
1.	A reconstituição dos fatos segundo a denúncia.....	171
2.	A célebre decisão de impronúncia.....	173
3.	A reforma da sentença para pronunciar os réus.....	174
4.	JOAQUIM DE SOUZA NETO demite-se do cargo de juiz.....	176
5.	A extraordinária atuação de um criminalista.....	179
6.	Os réus são condenados a penas severas.....	182
7.	O protesto por novo Júri e as absolvições.....	182
8.	O Tribunal de Justiça anula a decisão do Júri.....	183
9.	A aposentadoria do Ministro NELSON HUNGRIA.....	183
10.	O parecer emitido pelo Advogado NELSON HUNGRIA.....	184
10.1.	Natureza e âmbito do estudo.....	185
10.2.	A interpretação do art. 593, III, d, do CPP.....	185
10.3.	Inexistência de coautoria.....	186
10.4.	Sobre o “fabulismo” dos laudos periciais.....	186
10.5.	Aída teria se suicidado?.....	187
11.	A inexistência do concurso de crimes sexuais.....	189
12.	O julgamento do <i>habeas corpus</i> pelo Supremo Tribunal Federal.....	190

24 CASOS CRIMINAIS CÉLEBRES

13. O tribunal popular julga Ronaldo pela terceira vez.....	194
14. A condenação definitiva.....	195
15. Fontes de consulta e agradecimentos.....	195
16. Uma questão relevantíssima.....	196
16.1. A causa das biografias não autorizadas.....	196
16.2. A reportagem pela TV sobre o caso AÍDA CURY.....	197
16.3. O pedido de indenização no STJ.....	197
16.4. O pedido de indenização no STF.....	197
16.5. Os pronunciamentos da PGJ.....	197
16.6. Suporte jurídico do Direito ao Esquecimento.....	198
16.7. A decisão do STF, com repercussão geral.....	200
O CRIME DO SACOPÃ (I).....	203
1. Um processo de repercussão nacional.....	203
2. A decisão de pronúncia.....	205
3. Os debates no Tribunal do Júri.....	207
3.1. A prisão preventiva obrigatória.....	207
3.2. A acusação de EMERSON DE LIMA.....	208
3.3. Acusação de MILTON SALES.....	214
3.4. A defesa de JOSÉ BONIFÁCIO.....	216
3.5. A defesa de ROMEIRO NETO.....	218
4. A sentença da condenação.....	221
5. A apelação.....	222
5.1. Os fundamentos.....	222
5.2. A decisão.....	222
O CRIME DO SACOPÃ (II).....	231
1. O resumo de um fato controvertido.....	231
2. A acusação.....	231
3. A prisão, o julgamento e a condenação.....	232
4. O improvimento da apelação.....	233

5.	O cumprimento parcial e a extinção da pena.....	233
6.	O <i>habeas corpus</i> no Supremo Tribunal Federal.....	233
6.1.	Os fundamentos da impetração.....	233
6.2.	O parecer do Ministério Público	235
6.3.	O voto do Ministro CARLOS THOMPSON FLORES.....	235
6.4.	O voto do Ministro ELOY DA ROCHA (quanto à preliminar).....	244
6.5.	O voto do Ministro XAVIER DE ALBUQUERQUE.....	244
6.6.	O voto do Ministro ANTONIO NEDER	248
6.7.	O voto do Ministro ELOY DA ROCHA (quanto ao mérito).....	253
7.	A decisão	255
8.	O memorial do Advogado SOUZA NETO	256
O CRIME DO SACOPÁ (III)		261
1.	As impressões da sessão de julgamento do <i>habeas corpus</i> ...	261
2.	A repercussão do <i>habeas corpus</i>	263
3.	A divulgação pela imprensa	264
3.1.	A cobertura do jornal O Globo.....	264
3.2.	A cobertura da revista Veja.....	266
3.3.	A cobertura da revista O Cruzeiro.....	267
4.	A opinião de criminalistas famosos.....	268
5.	As diligências para o novo Júri.....	271
6.	O encerramento da causa penal	273
7.	A relação de forças	273
8.	O triângulo amoroso	275
9.	A passagem do tempo.....	276
10.	<i>In dubio pro habeas corpus</i>	278
11.	Fontes de consulta e pesquisa	279
CHESSMAN: CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA		281
1.	A vida imita a arte	281

2.	Um caso de repercussão mundial.....	282
3.	Processado, condenado e morto, jurando inocência.....	283
4.	A antessala do inferno.....	287
5.	Movimentos em favor da comutação da pena.....	288
6.	O dia da execução.....	289
7.	Hungria, o defensor de CHESSMAN.....	291
7.1.	A histórica campanha.....	292
7.2.	Um libelo antológico.....	294
7.3.	“A pena de morte no Brasil”.....	303
8.	Um texto de CLEMENTE HUNGRIA.....	305
9.	Um documento para a posteridade.....	310
10.	CHESSMAN, o escritor.....	313
11.	Epílogo: <i>O direito de morrer a própria morte</i>	314
12.	Viver sem medo da morte que está chegando.....	315
RUY BARBOSA E O PROCESSO DREYFUS.....		317
I.	RUY, o processo e a defesa.....	317
1.1.	Uma vasta obra.....	317
1.2.	Os tempos fecundos do exílio.....	318
1.3.	O processo DREYFUS.....	319
1.4.	A defesa de RUY antecedeu a carta de ZOLA.....	321
1.5.	A polêmica sobre a prioridade da defesa.....	321
1.6.	O reconhecimento da primazia do patrocínio de RUY.....	322
1.7.	A revisão do processo e a reabilitação de DREYFUS....	323
1.8.	O texto da antológica defesa de RUY.....	326
II.	A violação de princípios fundamentais do Processo Penal...	342
2.1.	Uma revisão contemporânea do processo DREYFUS....	342
2.2.	O princípio da investigação.....	343
2.3.	O princípio da verdade material.....	343
2.4.	O princípio da livre apreciação da prova.....	344

2.5.	O princípio <i>in dubio pro reo</i>	345
2.6.	A proibição da prova obtida por meios ilícitos	347
2.7.	A publicidade dos julgamentos	348
2.8.	A forma como garantia de validade do processo	349
2.9.	O devido processo legal.....	351
2.10.	Constituição e processo penal.....	352
2.11.	O chamado <i>erro judiciário</i>	353
2.12.	A necessidade da revisão através da História.....	353

O ATENTADO CONTRA LACERDA E O SUICÍDIO DO PRESIDENTE	355
1. A existência de um mito.....	355
2. “Devolver o Brasil para Portugal e pedir desculpas”	356
3. “O Petróleo é nosso”	359
4. A luta parlamentar	359
5. A excelente notícia de fim de ano	359
6. “O Kasuma é nosso!”	360
7. A imortal dedicação de MONTEIRO LOBATO	360
8. O capital estrangeiro e a exploração de riquezas naturais... ..	362
9. Os rumos de um nacionalismo econômico	363
10. A corrupção da Câmara dos Deputados	363
11. A volta à presidência pelo voto popular (1950)	364
12. Operações de câmbio e retorno de capitais estrangeiros....	364
13. Um paradigma de solércia, insídia e deslealdade	365
14. Um diabólico e insaciável acusador	366
15. O uso de um clássico instrumento político	367
16. A concepção do projeto criminoso	368
17. O atentado contra CARLOS LACERDA	368
18. Uma tragédia política nacional	369
19. O interesse do governo em esclarecer os fatos	370
20. <i>Animus meminisse horret</i>	371

21. O suicídio do presidente GETÚLIO VARGAS	371
22. “O caderninho preto”	372
23. O eleito mais vitorioso de todos os demais candidatos	372
24. “A penúria no meio da opulência, a escassez no meio da abundância”	372
25. “Esses tiros me ferem pelas costas”	374
26. O direito de morrer a própria morte.....	374
27. <i>Requiem aeternam dona eis, Domine</i>	375
28. A carta-testamento (I)	375
29. A carta-testamento (II)	376
30. Um esboço manuscrito	377
31. O legado humano e político	377
32. A retenção do primeiro documento	379
33. Um antológico discurso sobre a vida e a morte	380
34. O inventário de GETÚLIO VARGAS	385
35. A condenação dos réus como ato de justiça e grande interesse público	386
36. O crepúsculo político de CARLOS LACERDA.....	387
37. Vida, paixão, morte e ressurreição	387
DOCA STREET: O PREÇO DO MACHISMO	389
1. A vida conflituosa de ÂNGELA DINIZ.....	389
2. ÂNGELA passa a viver com DOCA	390
3. Um passional sanguinário?	391
4. A denúncia por homicídio triplamente qualificado	392
5. O interrogatório do acusado	393
6. O antológico debate entre a acusação e a defesa.....	395
7. O triunfo do passionalismo no primeiro julgamento	397
8. A chamada legítima defesa da honra conjugal	398
9. A privação dos sentidos e da inteligência	401
10. A perturbação dos sentidos e da inteligência	402

11. Um <i>aggiornamento</i> do estado de perturbação	403
12. A repercussão geral da liberdade de DOCA STREET	404
13. O novo julgamento e a condenação	406
14. Uma morte que não devia ter acontecido	407

PARTE II TEXTOS ESPECIAIS

FUNDAMENTAÇÃO E LIMITES DA PRONÚNCIA	411
1. Definição	411
2. Evolução legislativa do instituto	412
3. Modificação do texto legal (I)	412
4. Modificação do texto legal (II)	414
5. Inexistência de obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão	415
6. Quando o juiz pode examinar o mérito da imputação	415
7. A proibição do duplo julgamento	416
O PROBLEMA DA VÍTIMA	417
1. A vítima e a lei penal	417
1.1. Vítima do delito e Direito Penal	417
1.2. A vítima nos tipos legais de crime	419
1.3. Comportamento da vítima e medida da pena	421
1.4. Indicações legais de reparação de dano	422
2. A Vítima e os rumos da política criminal	423
2.1. A reação comunitária	423
2.2. Textos de proteção das vítimas	424
2.3. A perspectiva brasileira	425
PENA DE MORTE: O OCASO DE UM MITO	429
1. Um evento relevante	429
2. A violência, a criminalidade e a impotência da lei	429
3. A conferência do Ministro EVANILDO LINS E SILVA	430

30 CASOS CRIMINAIS CÉLEBRES

4.	A Constituição de 1988 e Cartas Políticas anteriores	430
5.	A liturgia pública da execução da pena de morte	431
6.	O terrível erro judiciário e a revogação da pena de morte ...	432
7.	Os célebres “Artigos de Guerra”	433
8.	A sistemática rejeição da pena de morte	433
9.	A Constituição liberal de 1934.....	433
10.	Uma grave perturbação política – A intentona comunista ...	434
11.	O fim da II Guerra Mundial e da ditadura do <i>Estado Novo</i> ...	435
12.	O golpe de Estado militar-civil (02.04.1964)	436
13.	Renasce a malsinada previsão da pena de morte	437
14.	A lucidez e o bom-senso político do General ERNESTO GEISEL.....	437
15.	A Constituinte de 1987 e a Constituição de 5 de outubro de 1988.....	438
16.	Principais fundamentos para a inadmissibilidade da pena capital.....	438
17.	A Carta Política portuguesa.....	440

**PARTE III
HOMENAGENS**

NÉLSON HUNGRIA: O PASSAGEIRO DA DIVINA COMÉDIA	443
1. A homenagem por ocasião da aposentadoria	443
2. A homenagem pelo centenário de nascimento	443
3. A homenagem da OAB	445
O PENSAMENTO VIVO DE EVANDRO LINS E SILVA	457
A presença de familiares, amigos e admiradores	457
O jubileu profissional de ouro	458
A conquista do Prémio RUY BARBOSA.....	459
O criminalista do Século XX.....	460
Na tribuna da defesa	461
Na defesa de causas impopulares	461

“Advogado criminal, esse desconhecido”	463
A defesa dos acusados políticos	466
Na tribuna de acusação	467
Doutor em humanidade	468
Advogado perfeito	469
O tempo dos anteprojetos	469
Na presidência do CNPCP	471
Sobre a pena de morte	471
Na Academia Brasileira de Letras	472
Sobre a velhice	472
“Navegar é preciso; viver não é preciso”	474
A saudade ficou	474
Uma aparente contradição	475